



Modernidade e Educação: algumas considerações para a discussão da questão étnico-racial

Soraide Isabel Ferreira (PPGE/UFMT) – ysa.ferreira21@gmail.com

GT 15 – RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO

Resumo:

Este artigo desenvolve uma reflexão sobre a Modernidade e a Educação com o objetivo de demonstrar a influência moderna para o processo educacional, bem como apresentar algumas considerações para a discussão da questão racial no espaço escolar. Para tanto, o texto discute o surgimento da modernidade e sinaliza o debate da pluralidade. Trata-se um estudo teórico empreendido na disciplina Teorias e Práticas em Pesquisa na Educação I. Como metodologia, utilizou-se nesse artigo pesquisas bibliográficas de diferentes estudiosos que tratam sobre o tema. Assim, volta-se a atenção para a complexidade da diversidade, que requer um olhar ampliado para as relações étnico-raciais.

Palavras-chaves: Modernidade. Educação. Pluralidade. Questão Étnico-Racial.

1 Introdução

Na contemporaneidade, a Filosofia da Educação tem sido desafiada a refletir sobre a educabilidade humana, recolocando em discussão as diversas dimensões da tradição filosófica que os homens fizeram do ideal de sua própria humanização. Com essa perspectiva, a tarefa da Filosofia da Educação consiste na busca do sentido da formação humana, interpretando momentos significativos da história para discutir sobre a educação.

Dessa forma, os estudiosos da área da educação também enfrentam um grande desafio quanto à utilização das mais diversas teorias e abordagens educativas em prol do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, tornando cada vez mais necessário propor discussões críticas e reflexivas dada a sua complexidade. Isso demanda que os educadores se afastem das representações padronizadas cotidianas acerca dos fatores educacionais e adentrem em um movimento investigativo questionador do objeto Educação de forma ampla, tendo em vista o respeito ao pluralismo, enquanto valor democrático.

Dentre as diversas teorias educacionais estudadas a partir das leituras dos textos na disciplina Teorias e Práticas em Pesquisa na Educação I1, destacamos neste artigo, de forma central, a Modernidade, que recorrentemente tem sido muito utilizada nos mais diversos espaços educacionais e por diversos educadores, mas que requer, por sua vez, uma discussão mais aprofundada, no sentido de compreender de forma crítica e desconstrutiva as implicações do pensamento moderno para a Educação.

Nessa direção, o artigo está dividido em duas partes. Na primeira, situamos o surgimento e desenvolvimento da modernidade, com ênfase nas suas características, problematizando a ideia de rompimento ou de superação em relação à de antiguidade. Na segunda, apresentamos uma reflexão entre modernidade e educação, apontando para pluralismo, momento em que buscamos articular a leitura dos textos da referida disciplina ao tema do projeto de pesquisa que versa sobre a questão étnico-racial.

2 Surgimento e desenvolvimento da modernidade: rompimento ou superação?

Tratar do surgimento da modernidade não é uma tarefa fácil, pois não há um consenso em situar sua emergência de forma cronológica. Para o desenvolvimento dessa temática, adotamos como referência a obra *As origens do pensamento moderno e a ideia de modernidade* de Danilo Marcondes, que apresenta um estudo inicial sobre a história da filosofia. O autor observa que o conceito de modernidade, convencionalmente caracterizado pelos séculos XVII ao XIX, embora esteja relacionado ao “novo”, associa-se sempre a um sentido positivo de mudança, de transformação e de progresso, ou seja, àquilo que de certa forma rompe com a tradição, todavia, segundo o autor, o termo moderno já era utilizado na Filosofia Medieval designado como um novo movimento, a partir do século XII (MARCONDES, 2016).

Se tomado como parâmetro o contexto histórico, o termo moderno antecede ao período do século XVII, haja vista que desde o século XII tal termo já era utilizado na sociedade medieval teocêntrica, na qual Deus é tido como o centro de todas as coisas, a base de interpretação do mundo e para o mundo. Essa compreensão de mundo levou os homens a verem a religião como manifestação do pensamento do divino, e as instituições como mecanismo pelo qual o divino opera e realiza sua vontade. Para o homem medieval, é a instituição religiosa e

¹ Disciplina ministrada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – PPGE/UFMT.

seus líderes que têm a função e a capacidade de proverem e conservarem o sentido, tanto para o agir quanto para o pensar dos indivíduos através da educação, da catequização e doutrinação.

Na virada da Idade Média para a modernidade, em decorrência de alterações que estavam ocorrendo na sociedade nos planos econômico, social e técnico, ocorre uma revolução epistemológica em torno dos limites do conhecimento humano, ou seja, surge um questionamento da razão humana no sentido de deslegitimar a intimidade com o divino. Porém, não se trata de uma revolta puramente incrédula para combater a igreja, mas da tomada de consciência de que o conhecimento humano do ponto de vista da filosofia é poderoso para a compreensão do próprio homem.

Assim, fazemos alusão ao livro intitulado *Os herdeiros da modernidade: uma iniciação à filosofia* de Danilo Marcondes que apresenta a contribuição de alguns filósofos para a construção do conhecimento do homem, dos quais se destaca a Fenomenologia de Husserl que defende a subjetividade. Ao contrário da epistemologia do início da modernidade, ele não pretende fundamentar o conhecimento científico, mas considera como tarefa primordial a descrição dos elementos mais básicos da experiência humana. Destaca-se também o Existencialismo de Jean-Paul Sartre, para o qual a existência precede à essência, ou seja, primeiro o homem existe e depois se define por meio de suas ações, sugerindo a projeção do homem para encarar a realidade tal como ela é.

A Filosofia Analítica surgiu no final do século XIX sendo caracterizada pela clareza e precisão argumentativa, fundamentando-se nas teorias científicas e afastando-se do subjetivismo, sendo compartilhada também pelo positivismo lógico, ou empirismo lógico, do Círculo de Viena². Os principais filósofos desse período são: Gottlob Frege, Bertrand Russell e Ludwig Wittgenstein. Ademais, menciona-se a Escola de Frankfurt, com Adorno, Horkheimer e Benjamin, tendo como objetivo o desenvolvimento de uma teoria crítica da cultura e da sociedade retomando a filosofia de Marx, preocupada com o contexto social da população e os valores da sociedade industrial avançada. Os filósofos de Frankfurt criticaram a concepção de ciência originária do positivismo lógico, valorizando a área das Ciências Humanas e Sociais seguindo a perspectiva de libertação do homem da dominação técnica, voltando-se para sua realização enquanto ser social (MARCONDES, 2016).

² Os pensadores do Círculo de Viena combatiam o pensamento metafísico e tinham como propósito o emprego de métodos lógicos e rigor científico no tratamento de questões de ética, filosofia da psicologia e ciências sociais e também economia e sociologia.

Nessa perspectiva, a instância mais importante da modernidade seria justamente o conhecimento científico. A ciência nasce em contraposição à metafísica transcendental que ordenou todo o período anterior, o que provocou uma notória mudança no modelo de educação. Então diante desse novo conhecimento, inicia-se um esforço de rastrear toda a realidade fenomênica com o surgimento da astronomia, física, química e biologia e, posteriormente, das ciências humanas que passam a estudar o homem como um fenômeno, distanciando-se da concepção de criação divina como premissa dos antigos.

No entanto, a partir da leitura do livro *A tradição empirista: uma iniciação à filosofia* de Danilo Marcondes compreende-se que para o empirismo a fonte de conhecimento advém da experiência sensorial e perceptual. A concepção de conhecimento do empirismo tem como ponto de partida o método indutivo, a probabilidade, sendo que a ciência se baseia no método empírico e experimental, ou seja, na formulação de hipóteses, na observação, na verificação e teste de hipóteses com base em experimentos.

Já para o racionalismo, a fonte de conhecimento advém da razão e da abstração. A concepção do racionalismo tem como ponto de partida o método dedutivo, o raciocínio, como premissa para alcançar uma conclusão logicamente correta, ou seja, para se chegar a uma nova verdade, é preciso partir do princípio de verdades já conhecidas. É possível compreender que se trata de duas correntes complementares de interpretação de conhecimento da realidade: o sensível e intelectual, permitindo identificar que o conhecimento surge inicialmente de um dado empírico que posteriormente será comprovado cientificamente (MARCONDES, 2016).

É possível afirmar que a ideia de modernidade não pode estar associada unicamente a um período fechado, pois ela não consiste em um processo linear, mas sim, em um processo por vezes contraditório de tal forma que pode ser compreendida por alguns filósofos a partir de aproximações de pensamento (pontos em comum) e de extremos de pensamentos (pontos divergentes). Portanto, pensar a modernidade é apenas definir conceitos e repetir ideias em contraposição ao período medieval; é, acima de tudo, pensar o homem no seu aspecto político, histórico e social, suas descobertas, encontros e desencontros, aspirações e desencantos, sonhos e pesadelos, conclusões e dúvidas, certezas e ambiguidades, grandezas e fraquezas, suas ideias e seus ideais, tendo como referência a sistematização de determinado contexto histórico.

Assim, a definição de moderno estaria diretamente relacionada a um processo de construção de pensamento que depende das condições históricas de cada época e do olhar de referência do homem acerca da sua concepção de mundo. Assim, das duas noções de modernidade apresentadas no respectivo livro, a saber, ideia de progresso e valorização do

indivíduo, pode-se dizer que a primeira pode ser compreendida como algo negativo, como ocorreu em relação aos índios que tiveram suas terras e sua cultura invadidas pelo homem branco, bem como no tocante aos negros que foram escravizados pelos brancos. A segunda, ao seguir o individualismo, como ocorre no sistema capitalista voltado para as satisfações de interesses particulares em detrimento de uma formação laica, pública, humana e de qualidade, ela também passa a assumir um caráter negativo para uma parcela da população, ao propagar a desigualdade de acesso à educação. Da mesma forma, quando a educação assume um caráter hegemônico cultural perdendo de vista a diversidade, com ênfase na questão étnico-racial, deixa também de cumprir seu papel social conforme preconizado nas legislações educacionais.

Podemos dizer que há vários fatores que perpassam a concepção de modernidade, tanto que alguns filósofos defendem a perspectiva de superação de determinado pensamento, já outros defendem a de seu rompimento. Isso nos leva às seguintes indagações: Como se constrói o novo? É possível construir um pensamento novo desconsiderando totalmente o antigo? Como sujeitos históricos, não podemos desconsiderar o passado e tudo aquilo que nele foi construído, pois o novo é construído a partir do que já existe (antigo), é preciso partir de determinado ponto para se (re)construir outro pensamento.

3 Modernidade e Educação: algumas considerações para a discussão da questão étnico-racial no espaço escolar

Com a modernidade, os elementos metafísico-religiosos são dessacralizados e a razão passa a ser vista como caminho para a compreensão da ciência. Não existe determinismo, fatalismo ou predestinação; o que se sobressai é a racionalização do mundo, das organizações, das instituições e das atividades dos indivíduos. A modernidade caracteriza-se como a era da racionalidade, a qual fundamenta não só o conhecimento científico como as relações sociais, as relações de trabalho, a vida social, a própria arte, a ética, a moral. É o período dos novos entendimentos e das novas conclusões em todas as áreas e campos do saber e do fazer.

É o momento em que a perspectiva do conhecimento sai do seu aspecto mítico e religioso para o aspecto empírico-científico; o pensamento sai da aldeia local para o universal e planetário, ganhando caráter de múltiplo, de diverso e de controverso. É o momento em que as culturas, dentro de determinados marcos teóricos, não são mais consideradas como uniformes e a história já não é mais vista como linear (SILVA, 2008, p. 24).

Dessa forma, na sociedade moderna, ao contrário da sociedade medieval, a base não é mais o divino, o homem agora se vê como ser capaz de compreender a sociedade a partir da racionalidade. A sociedade deixou de ser concebida em função dos princípios religiosos cristãos, sendo que o homem não é mais aquele simples espectador do universo, agora ele passa a ser o autor da sua própria existência. Com isso, a educação, impactada, deixa a estreita relação com a Igreja e passa a ser guiada pela racionalização, descobrindo-se como sujeito histórico, capaz de intervir no mundo.

Contrariando essa visão positiva da concepção de modernidade apresentada por diversos autores, para Habermas (1990), a modernidade cria condições de verdade que enclausuram a própria razão e que geram formas de poder, além de homogeneizar contextos e pessoas, impondo-se como instrumento de controle. O autor afirma que, embora a pressão para enfrentar os problemas da atualidade seja carregado de energias utópicas, no entanto, essas expectativas precisam ser controladas pelo contrapeso conservador de experiências históricas (HABERMAS, 2005).

Nessa direção, Goergen (2006, p. 598) também abre uma crítica contra essa razão que se põe como absoluta e objetivada, de tal forma que:

[...] As práticas coisificantes da sociedade moderna estão inseparavelmente relacionadas à coisificação do homem pela ciência e pela técnica. O homem coisificado é apenas um exemplar, um representante da espécie ou da instituição, o executor de uma função e não mais um sujeito.

Ainda sobre os paradoxos da modernidade, Goergen (2006) acrescenta as análises de Adorno, Horkheimer e Wellmer que acreditam que as ideias modernas fundadas numa razão puramente instrumental tornam-se contraditórias na medida em que as calamidades do último século não encontram saídas homogêneas, em leis gerais, restando a autoridade das ciências naturais e exatas, mas que não conseguem explicar os fenômenos eminentemente humanos que perpassam pelas reflexões sobre a felicidade, igualdade, justiça etc.

Essas contradições da modernidade impactam diretamente a educação que, por um lado, precisa da tradição como condição educativa para o presente e para o futuro e, por outro, precisa atender às constantes mudanças sociais e exigências do mercado. Conforme assinala Goergen (2006) são questões im-pertinentes porque são temas polêmicos que requer acolhimento e exame crítico do processo formativo.

Nesse sentido, a filosofia da educação com todo seu rigor questiona em nome de quem se educa e constrói orientações para a práxis educativa, contribuindo para a compreensão de diferentes momentos históricos em que a razão e a subjetividade, os fundamentos e os valores, as identidades e as certezas se tornam ambíguos. Os conceitos que orientam o pensamento e a ação do homem moderno afetam diversas dimensões, das quais destacamos, de modo particular, a educação, a qual se vê diante de novos e complexos desafios decisivos para o estabelecimento de seus objetivos e de suas práticas.

Nesse sentido, Severino (2006) destaca que a configuração do novo e da transformação preconizados pela modernidade requer que se compreenda primeiramente o sentido fundamental do processo educativo enquanto formação humana na construção do próprio ser humano, ou seja, o desenvolvimento e a realização do homem precisa literalmente passar pelo humanizar-se, tendo em vista que o homem não nasce humano no sentido pleno da palavra, nasce na espécie humana, sendo que nesse estágio não se difere dos demais seres vivos. O homem vem adquirindo sua especificidade ao longo desse processo formativo.

Ainda segundo Severino (2006), é preciso pensar a educação tendo como parâmetro nossas próprias raízes. Faz-se necessário valorizar nossa cultura, posicionando-nos veementemente em relação às culturas opressoras. É preciso nos aproximar mais da nossa própria realidade. O Brasil olhou muito para o Atlântico, para o bem e para o mal, olhou para a África para escravizá-la e olhou para a Europa para ser escravizado por eles. Embora essa parte da história do Brasil não seja dita muitas vezes de forma explícita e não seja possível mudar isso, de qualquer modo, é preciso mapear bem essa situação através de todas as ferramentas de nosso conhecimento. Nesse processo de mapeamento, a ciência tem uma importância muito grande, dada a compreensão e o conhecimento da realidade.

Nessa perspectiva, passamos a apresentar a concepção de pluralismo que surge na sociedade moderna como uma reação ao fundamentalismo da igreja medieval que defendia para si o poder e o direito de dizer e determinar o modo das pessoas viverem, pensarem, de vestirem e de administrarem suas crenças. No fundamentalismo medieval, não há espaço para o princípio do diferente; pelo contrário, há a ideia de sociedade homogênea. Já na sociedade moderna, a diversidade se sobressai, ganha vida, adquire cara, mostra-se, ocupa espaços, revela jeitos e formas. Nela, o ser humano é convidado a lidar com as diferenças raciais, diferenças de credos, de cor, de sexo, de orientação sexual, de comportamentos, de concepções políticas e até diferenças nos modos de se vestir, de pensar e interpretar a vida (SILVA, 2008).

O pluralismo, como o próprio nome indica, tem seu valor no respeito mútuo, portanto na democracia. Ele defende a tolerância e o diálogo, o bem-estar comum, incentiva a integração dos diversos grupos e instituições sociais, promove sua aproximação valorizando as singularidades. A modernidade transportou o homem da cultura do “eu” para a cultura do “tu” e do “nós”, tirou-o do gueto e abriu-lhe os olhos para o mundo dos outros e das outras.

A pluralidade é um conceito discutido por Freire e Faundez (1985) contribuindo assim para a democratização do poder, que se centra na manutenção dos dominadores. Os autores convidam o docente para um exercício profissional ético, justo, com respeito às diferenças étnico-raciais, de gênero, de classe social, ou seja, em ações politicamente democráticas.

De modo geral, a pluralidade implica no respeito mútuo, no reconhecimento da diversidade e na igualdade racial. Esse entendimento não pode ser visto pela sociedade moderna como um processo de desintegração social, mas sim, como um mecanismo de integração e de abertura à participação das minorias e dos grupos até então marginalizados e discriminados, como por exemplo, a população negra, que historicamente foi excluída.

Entretanto, com base em leituras decoloniais, observa-se que o racismo e a “raça” são produtos da modernidade, ou seja, que a ideia de raça não existiria fora da modernidade. A ideia de raça tal como a temos hoje pressupõe uma noção chave para a ciência moderna, da qual emana uma determinada capacidade intelectual de alguns grupos raciais em detrimento de outros. A modernidade como parte do colonialismo constrói uma ideia de raça que contribui para a propagação das desigualdades raciais decorrentes das relações de poder que efetivam a discriminação e os preconceitos naturalizantes. Trata-se de uma desigualdade estrutural entre os diferentes grupos, bem como do estabelecimento de uma teoria ou ideologia que sustenta e justifica as desigualdades entre grupos raciais distintos.

Vale ressaltar que o projeto colonial coube distinguir raças e etnias, em função da naturalização e legitimação da consolidação de estruturas de dominação e exploração. No primeiro momento, as novas categorias raciais são classificadas pelo sentido falacioso de superioridade biológica entre europeus e não europeus. No segundo momento, a ideia de que tais superioridades/inferioridades biológicas entre etnias irão medir as diferenças culturais e, portanto, irão responder e naturalizar as desigualdades dos não europeus.

Munanga (2003) destaca que as classificações, diferenciações são habilidades que fazem parte das capacidades cognitivas de operacionalizar o pensamento do ser humano. O autor chega a enfatizar a importância da classificação enunciando exemplos como a organização dos

livros de uma biblioteca, por tema, gênero, entre outras categorias. Porém, os rumos das classificações raciais se apresentaram para sustentar e alimentar uma hierarquia social que institucionaliza o racismo e preconiza suas expressões de violência racial no cotidiano. Munanga ressaltava também que as classificações relacionadas ao conceito de raça teriam servido infelizmente para desembocar em uma operação de hierarquização que contribuiu para o caminho do racismo.

O enfrentamento da questão étnico-racial no Brasil passa pela compreensão do racismo, enquanto construção histórica, baseado na exploração, na dominação e na consolidação de um padrão de poder capitalista nas colônias. A violenta escravidão colonial brasileira só foi possível devido à acumulação do capital, resultante da escravização de grupos racialmente hierarquizados. Tal racionalidade se estende ao Brasil pós-escravocrata, na qual a elite colonial acredita na miscigenação racial como alternativa capaz de acabar com os problemas enfrentados pelo Brasil colonial ou “o problema dos negros”. Assim usa argumentos naturalizantes e eugenistas de que o gene branco era superior e seria capaz de sobrepor nos próximos cem anos aos quatrocentos anos de escravização.

Dado esse cenário, a filosofia da educação tem um desafio fundamental no sentido de oportunizar uma discussão das relações étnico-raciais a partir da pesquisa em educação, tendo como referência as práticas educativas na perspectiva da complexidade que envolve a pluralidade e a diversidade possibilitando uma formação significativa e que inspire os professores e estudantes na valorização da cultura do outro, ou seja, desenvolver uma educação multicultural e intercultural.

A educação é central tanto para a reprodução do racismo quanto para o seu enfrentamento. Trata-se, por conseguinte, da desconstrução do mito da superioridade branca e da inferioridade negra e ameríndia que atravessa todos os campos da educação, informação e imagem, reproduzidas cotidianamente e interiorizadas por toda a sociedade.

O papel da escola enquanto instituição de formação é buscar meios através de bibliografia sobre a questão racial, eleger o tema para discussão em grupo de estudos e fomentar a criação de cursos para que os professores, técnicos, alunos, ou melhor, a comunidade escolar como um todo, possa se aprofundar nas causas e consequências.

Esse desafio se estende aos educadores, aos gestores e à comunidade escolar, em prol da responsabilidade social de provocar no estudante o senso crítico e o questionamento reflexivo, ético e político seguindo uma perspectiva científica de problematizar e não simplesmente

reproduzir um discurso superficial acerca do discernimento dos fatos, das ações e dos valores que estão à sua volta, no tocante à questão étnico-racial.

4 Tecendo breves considerações

Embora a modernidade tenha sido celebrada como o período das “luzes”, como o caminho do futuro com sua tecnologia, suas descobertas, sua confiança na razão e crença no progresso científico, ainda convivemos com um mundo marcado pela pobreza, analfabetismo, monopólios, conflitos de classes sociais, exploração da classe trabalhadora e concentração de renda e desigualdade racial.

Nota-se que na modernidade perpetua relações que naturalizam a concepção de raça, introduzida e oriunda de um projeto de colonização pautada na escravização do homem negro, de tal forma que produção da subjetividade na modernidade é marcada pela lógica de superioridade racial, naturalizada em justificativas biológicas, contribuindo para instituir papéis sociais estabelecidos na racionalidade de exploração colonial/moderna capitalista e para consolidar uma lógica de dominação racial sobre os povos colonizados. Em contraposição a essa lógica, é preciso uma discussão mais aprofundada da questão étnico-racial no Brasil.

Diante desse cenário, sinalizamos para a importância da formação educativa, pautada em uma proposta emancipatória que possibilite ao homem uma reflexão propositiva e proativa dos aspectos sociais e raciais que o circundam. A formação humana precisa se debruçar sobre o aspecto ético, político e cultural que envolve uma avalanche de informações, de estudos, de reflexões e de análise das relações raciais na sociedade brasileira e de seus desdobramentos nas instituições educacionais.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antônio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GOERGEN, Pedro Laudionor. Questões im-pertinentes para a Filosofia da Educação. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.3, p. 589-606, set./dez. 2006.

HABERMAS, J. A crise do estado de bem-estar e o esgotamento das energias utópicas. *In: Diagnósticos do Tempo: seis ensaios*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005. p. 9-36.

HABERMAS, J. **Discurso filosófico da modernidade**. Lisboa, Dom Quixote, 1990.

MARCONDES, Danilo. **A tradição empirista: uma iniciação à filosofia.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2016.

MARCONDES, Danilo. **As origens do pensamento moderno e a ideia de modernidade.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2016.

MARCONDES, Danilo. **Os herdeiros da modernidade: uma iniciação à filosofia.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In: Seminário nacional relações raciais e educação-PENESB.* Rio de Janeiro, 2003. Anais. Rio de Janeiro, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, p. 619-634, set./dez. 2006.

SILVA, Ezir George. **Modernidade e educação: As relações e os desafios do homem diante das antigas e novas formas de conhecimento. Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ** - Ano 10 - n. 21 - jul./dez. 2008. Disponível em <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/315>>. Acesso em 14 de jun.2021.